

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PROCURADOR DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DESPORTIVA DO BASQUETEBOL BRASILEIRO – LNB/NBB.**

URGENTE

CLUB ATHLETICO PAULISTANO, equipe participante da Liga Nacional de Basquetebol, por seu advogado (procuração anexa), vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, com fulcro no art. 74 e demais dispositivos aplicáveis do CBJD apresentar

QUEIXA

(Notícia de Infração)

em face da equipe **ASSOCIAÇÃO BAURU BASKETBALL TEAM (ITABOM/BAURU)**, pelos motivos fáticos e jurídicos que seguem:

I. DOS FATOS

O atleta **Chinwuba Uzoma Jefferson Agba (Jeff Agba)**, número 42 da equipe-QUERELADA foi julgado em 14/03/2012 pela 3ª Comissão Disciplinar deste C. STJD, no processo nº 67/2012, sendo condenado à suspensão por 03 (três) partidas, saindo da sessão de julgamento ciente da condenação imposta, já transitada em julgado (vide anexo).

Reproduz-se na íntegra a ementa do julgamento supra mencionado:

Processo nº 67/2012, pela denúncia oferecida contra o atleta **Sr. Chinwuba Uzoma Jefferson Agba**, pertencente à Entidade Desportiva Bauru Team, por ocorrências infracionais na partida realizada no dia 02 de fevereiro de 2012, jogo NBB4 nº 125, entre o mandante, Entidade Desportiva Joinville e Entidade Desportiva Bauru Team, realizada em Joinville, SC.

Auditores participantes: Relator Dr. Renato Negrini, Dr. Carlos Henrique Martins Teixeira, auditor vice presidente Dr. José Francisco Manssur, Dr. Marcelo Mercante Savastano e auditor presidente, Dr. José Luiz Lana Mattos.

Pela procuradoria do STJD, Dr. Nelson Costa, ausente por razões profissionais, justificadas junto ao presidente da 3ª CD.

Ao final do julgamento do Processo nº 67/2012, a 3ª Comissão Disciplinar decidiu, por unanimidade, **condenar** o denunciado, atleta **Sr. Chinwuba Uzoma Jefferson Agba**, nos termos do artigo 254, acatando requerimento pela aplicação do artigo 171, parágrafo primeiro, à pena de suspensão por **03** (três) **partidas**, uma já cumprida, convertida uma partida em doação de uma (uma) cesta básica em favor de entidade beneficente localizada em Joinville, SC, indicada pela Entidade Desportiva Joinville. O cumprimento da parte final desta sentença será conduzida e executada pela Gerência Técnica da Liga Nacional de Basquete, quitada a execução pela apresentação do competente recibo da referida entidade beneficente.

Intimada da proclamação da decisão colegiada acima relatada a parte denunciada, ora julgada, manifestou-se pela desnecessidade de elaboração do voto/Acórdão, acatando a decisão nos seus próprios termos, transitada em julgado dentro do prazo legal.

Destaque-se que a suspensão para uma das partidas foi convertida em pagamento de cestas básicas, sendo certo, no entanto que tal benefício se aplica com relação à última partida de suspensão, devendo ser cumpridas as suspensões nas primeiras partidas realizadas, ou seja, na primeira partida subsequente ao julgamento.

Desta feita, uma vez que já havia cumprido uma partida de suspensão automaticamente, deveria cumprir suspensão nas demais partidas subsequentes, sendo a primeira delas realizada

contra a equipe da Liga Sorocabana, partida nº 210, realizada em 06/04/2012.

Ocorre que, contrariando a condenação imposta, o atleta mencionado participou da partida realizada em 06/04/2012, consecutiva ao julgamento, cumprindo a suspensão apenas na partida seguinte, nº 190, realizada em 08/04/2012 (vide anexos).

O que se tem, portanto é que a equipe-QUERELADA praticou infração disciplinar, qual seja, incluiu na equipe atleta em situação irregular para participar de partida.

II. FUNDAMENTOS JURÍDICOS

Praticou, portanto a equipe **ITABOM/BAURU** a infração sobre a qual dispõe o art. 214 do CBJD, que é transcrito abaixo:

Art. 214. **Incluir na equipe**, ou fazer constar da súmula ou documento equivalente, **atleta em situação irregular para participar de partida**, prova ou equivalente.

PENA: **perda do número máximo de pontos atribuídos a uma vitória no regulamento da competição**, independentemente do resultado da partida, prova ou equivalente, e multa de R\$ 100,00 (cem reais) a R\$ 100.000,00 (cem mil reais). – *grifos nossos*

Por tal infração deverá a equipe-QUERELADA ser condenada às penas aplicáveis, principalmente a perda do número de pontos atribuídos a uma vitória.

Reproduz-se a seguir entendimento esposado pelo STJD – Futebol em caso similar:

EMENTA. CONDIÇÃO LEGAL DE JOGO – INCLUSÃO DE ATLETA PUNIDO SEM CUMPRIMENTO DA PENA – DECLASSIFICAÇÃO DA ENTIDADE DESPORTIVA E MULTA – INTELIGÊNCIA DO PARÁGRAFO 2º DO ART. 214 DO CBJD.

Sendo assim e diante do documento de fls. 07, a comunicação da aludida sanção atendeu aos ditames legais. Convém dizer, ainda, que a recorrente não se desincumbiu de provar o contrário, razão pela qual, conheço do recurso, mas nego provimento, para manter a decisão recorrida, de multa de R\$ 5.000,00 e eliminação da entidade da competição denominada Copa do Brasil (art. 214 e seu parágrafo 2º, do Codex).

(CBJD. STJD. FUTEBOL. RV.014/05, Rel. Oscar Argollo, j. 28/04/2005)

II.1. Da Legitimidade da QUERELANTE

A equipe-QUERELANTE é parte legítima para apresentar queixa (noticiar infração), uma vez que participa do Campeonato organizado pela LNB, e que a prática da infração impacta diretamente a QUERELANTE, sendo certo que eventual condenação alterará a ordem de classificação do campeonato.

III. DOS PEDIDOS

Ante todo o exposto, requer inicialmente, seja recebida por V. Sa. a presente Queixa, sendo então devidamente promovida Denúncia ante aos fatos noticiados.

Requer-se seja dado tratamento prioritário urgente à presente Queixa e consequente Denúncia uma vez que encerrada a fase classificatória e iminente o início da fase de

Playoffs o resultado de julgamento em face dos fatos narrados poderá implicar na alteração da classificação final, alterando o emparelhamento das partidas nessa fase e, consequentemente, o resultado da competição.

Caso se mostre necessário deverá o Sr. Procurador requerer a **suspensão do campeonato até a resolução da questão**, evitando assim que o mesmo seja maculado.

Ante à omissão no Regulamento da LNB/NBB 2011/2012, no que diz respeito à custas ou emolumentos pugna-se pelo pagamento no prazo de 5 dias após o recebimento da presente no caso de incidência de custas ao caso em tela.

Por fim, promovida a cabível Denúncia contra a equipe-QUERELADA, requer seja a mesma julgada PROCEDENTE para condenar a mesma à perda dos pontos relativos à uma vitória, bem como a multa a ser estipulada pelo C. STJD.

Termos em que,
Pede deferimento.

São Paulo, 11 de abril de 2012.

CLAUDIR AMBRA LIZOT

OAB/SP nº 246.249